

PROGRAMA DE DISCIPLINA - 2024-1

CÓDIGO: IH1563 CRÉDITOS: 04	NOME DA DISCIPLINA: Convenções Ambientais Globais e Respostas Nacionais Comparadas
DIA: 2ª Feira HORÁRIO: 9-12	PROFESSOR RESPONSÁVEL: PETER MAY

CATEGORIA	<input type="checkbox"/> Obrigatória Mestrado	<input type="checkbox"/> Obrigatória Doutorado
	<input type="checkbox"/> Fundamental Mestrado	<input type="checkbox"/> Fundamental Doutorado
	<input checked="" type="checkbox"/> Específicas de linha de pesquisa	<input type="checkbox"/> Laboratórios de Pesquisa

OBJETIVO DA DISCIPLINA:

Partindo da ótica da ciência política internacional e o contexto de interdependência no sistema mundial moderno capitalista, a disciplina analisa os fatores na economia, sociedade e meio ambiente global que levaram à formação de regimes temáticos em convenções globais desde Estocolmo (1972), estabelecendo o arcabouço institucional internacional para a gestão de recursos comuns, e avaliar através de estudos de caso as repercussões das convenções do Rio na gestão ambiental nacional, de forma comparada.

EMENTA:

O meio ambiente no contexto do sistema capitalista mundial numa evolução histórica: a ideologia do progresso e a dominação da natureza. Sociedade de risco, o papel da Ciência, e as comunidades epistêmicas. Governança do regime global de gestão ambiental: "soft law" e a construção de consenso em torno de regimes (e "não-regimes"). Articulação e disputas entre as redes globais sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e sua expressão programática a caminho ao Rio-92. A negociação das convenções quadro e protocolos globais da biodiversidade e do clima, com ênfase nos acordos sobre Biossegurança, Acesso e Compartilhamento dos Benefícios (ABS), e entre o MDL e de REDD+, e as implicações do Acordo de Paris no caso do clima. Os instrumentos e instituições de gestão ambiental e de financiamento internacional do desenvolvimento sustentável e suas repercussões nacionais e locais. A arquitetura dos acordos e os fatores que afetam a sua eficiência, eficácia e equidade assim como seu "fit" com os instrumentos de implementação de políticas ambientais nacionais e locais. Instrumentos de gestão ambiental nacionais comparados e sua compatibilidade com as convenções globais do meio ambiente. Contradições e paralelos entre a liberalização do comércio, dos fluxos de bens e serviços ambientais, e o sistema financeiro mundial. Decrescimento e crise – oportunidade para fortalecimento de um novo paradigma? As propostas para um Green New Deal e Economia "Verde", e as perspectivas para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030. As lições obtidas

com o enfrentamento da pandemia de COVID-19. Vulnerabilidade às zoonoses e o risco de novas pandemias. Bioeconomia e estratégias para uma “nova economia”.

METODOLOGIA DAS AULAS:

Palestra do professor responsável e de convidados, com diálogo e apresentação de textos pelos alunos, além da utilização de materiais audiovisuais.

FORMA DE AVALIAÇÃO:

(1) Apresentação na sala de aula em PowerPoint, resgatando a negociação de um dos acordos do Rio 92, considerando suas ramificações nos países em desenvolvimento, e inserindo o debate travado na articulação de prioridades globais na realidade socioambiental do seu país (40%).

(2) Trabalho final de 15 a 20 páginas, analisando um dos temas de política ambiental global discutidos ao longo do curso, desde o ponto de vista das contradições no cumprimento com estes objetivos na formulação, implementação e/ou avaliação de políticas nacionais para o desenvolvimento sustentável (60%).

(3) Leitura e participação ativa em discussão durante a disciplina (qualitativa).

PROGRAMA DE AULAS E BIBLIOGRAFIA:

Leituras Obrigatórias

ABRAMOVAY, R. *Muito além da economia verde*. Planeta Sustentável, 2012.

ALBAGLI, S. *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: IBAMA, 1998. Caps. 2 e 3

CORRÊA DO LAGO, A.A. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*, Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

DIMITROV, R.S. *Science & international environmental policy; Regimes and non-regimes in global governance*. Oxford, UK, Rowman & Littlefield, 2006.

KECK, M.E. & SIKKINK, K. *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*. Cornell U. Press, 1998.

MARTINEZ-ALIER, J. *El ecologismo de los pobres: Conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Barcelona: Icaria, 2004. Cap. XI

REDCLIFT, M. *Sustainable development: exploring the contradictions*. Routledge, 1987. Cap. 8: Frontiers of Sustainability.

YOUNG, O. *The institutional dimensions of environmental change: Fit, interplay and scale*. Cambridge, Mass., MIT Press, 2002. Parte I: Concepts and Models.

Programa e Leituras Complementares (Leituras obrigatórias marcadas com *)

1- As dimensões institucionais da governabilidade da mudança global - 04/03

*LEIS, H.R. *A modernidade insustentável. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. CLAES/PUC, RJ, 2004. Cap. 1: A crise da governabilidade do meio ambiente no mundo contemporâneo.

*FISCHER-KOWALSKI, M. Analyzing sustainability transitions as a shift between socio-metabolic regimes. *Environmental Innovation and Social Transitions* 2011 Jun; 1(1): 152-159.

MURADIAN, R., WALTER, M. e MARTINEZ-ALIER, J. Hegemonic transitions and global shifts in social metabolism: Implications for resource-rich countries. *Global Environmental Change* 22 (2012) 559-56.

*YOUNG, O. *The institutional dimensions of environmental change: Fit, interplay and scale*. Cambridge, Mass., MIT Press, 2002. Parte I: Concepts and Models.

LÉNA, P. e ISSBERNER, L-R. Desafios para o Brasil no Antropoceno. In: May, P. (org.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 3a Edição. Rio: Elsevier/Campus, 2018.

2- Progresso e incerteza científica no regime global de governança ambiental - 11/03

*DIMITROV, R.S. *Science & international environmental policy; Regimes and non-regimes in global governance*. Oxford, UK, Rowman & Littlefield, 2006. 29

*BOSCO, E. e FERREIRA, L. Sociedade mundial de risco: teoria, críticas e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, no 42, mai/ago 2016, p. 232-264

GUIVANT, J. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia, *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, abril 2001: 95-112.

FORSYTH, T. *Critical political ecology; the politics of environmental science*. Londres, Routledge, 2003. Capítulo 1.

*FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. *História, Ciências, Saúde* — Manguinhos, IV(2): 219-230 jul.-out. 1997.

3- Comunidades epistêmicas e disputas entre atores na governança ambiental global - 18/03

*CASTELLS, M. "O 'verdejar' do ser: o movimento ambientalista". In: *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 141-168.

*HAAS, P. Epistemic communities and international policy coordination. *International Organization* 46: 1-35, 1992.

* KECK, M. e SIKKINK, K. 2002. Transnational advocacy networks in international and

regional politics. *International Social Science Journal*. 1999: 89-101.

<https://doi.org/10.1111/1468-2451.00179>. (Baseado em KECK, M.E. & SIKKINK, K. *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*. Cornell U. Press, 1998.)

*MILANI, C. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 289-303, Maio/Ago. 2008.

4- De Estocolmo ao Rio, via Bruntland – desenvolvimento sustentável para quem? - 25/03

Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1987. [capítulos 1 a 3]

*CORRÊA DO LAGO, A.A. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*, Fundação Alexandre Gusmão, 2007. Conclusões: 219-227.

*REDCLIFT, M. *Sustainable development: exploring the contradictions*. Routledge, 1987. Cap. 8: Frontiers of Sustainability.

01/04 – Páscoa

5- Das Negociações do Rio ao Rio+20: Metas do Milênio, ODS e Agenda 2030 – 08/04

*CORRÊA DO LAGO, A.A. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*, Fundação Alexandre Gusmão, 2007. Capítulo 3: O discurso brasileiro nas três conferências: a evolução da expressão das prioridades nacionais

ONU, The 2030 agenda for sustainable development, 2015.

GUIMARÃES, R. Rio+10 ou Rio-30? Crônica de um fracasso anunciado: desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe desde a Rio-92 e a partir de Joanesburgo-2002. mimeo. Santiago: CEPAL, 2002.

Webinário - BRICS Policy Center: 23/09/22 “Rio+30 ou Estocolmo+50: Porta para o futuro ou de volta ao passado? Keynote: André Corrêa do Lago; Iara Pietricovsky (INESC) e Paulo Esteves (MAPI) – https://www.youtube.com/watch?v=5xJ_nTGuWek

6- 15/04 Apresentação dos trabalhos iniciais dos alunos

7- A Convenção do Clima: Do Protocolo de Quioto ao Acordo de Paris - Responsabilidade Comum, porém Diferenciada - 22/04

IPCC AR6, WG1: Resumo Comentado do Relatório do IPCC aos Policymakers, Observatório do

Clima, 2021. https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/08/OC-IPCC-AR6-FACTSHEET_FINAL.pdf

STERN, N. Relatório Stern: Aspectos Econômicos das Alterações Climáticas. (The Stern Report), Governo do Reino Unido, 2006 (Resumo em português).

KETCHAM, C. When Idiot Savants do Climate Economics. *The Intercept*. <https://theintercept.com/2023/10/29/william-nordhaus-climate-economics/#:~:text=William%20Nordhaus%2C%20who%20turned%202022,the%20world's%20most%20consequential%20thinkers>. Oct. 29, 2023.

STIGLITZ, J.; STERN, N. et al. Report of the high-level commission on carbon pricing. Banco Mundial, 2017.

Entrevista com Joseph Stiglitz e Nicholas Stern sobre proposta de precificar carbono: <https://www.worldbank.org/en/news/video/2017/05/31/interview-with-nobel-laureate-joseph-stiglitz-and-lord-nicholas-stern>

8. Regulação de Emissões e Energia Renovável – 29/04

D'AVIGNON, A. Energia, inovação tecnológica e mudanças climáticas. In: May, P.H. (org.) Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática. Rio: Elsevier/ECOECO, 3ª Edição, 2018.

BRASIL. Política Nacional das Mudanças Climáticas. Brasília, instituída pela Lei nº 12.187, 2009 e regulamentada pelo Decreto nº 7.390/2010.

LACLIMA, 2022. Propostas para superar os desafios jurídicos da descarbonização no Brasil até 2030. São Paulo, Brasil. https://laclima.org/wp-content/uploads/2022/11/LACLIMA_propostas_para_superar_os_desafios_da_descarbonizacao_Brasil_2030.pdf

UNFCCC. Acordo de Paris, 2015; https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo_paris.pdf

BRASIL. Nationally Determined Contribution, Paris Climate Accord.

MCTI, Acordo de Paris. 2015.

BRASIL. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: sumário executivo / Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2016.

DI GREGORIO, M., FATORELLI, L., PAAVOLA, J., LOCATELLI, B., PRAMOVA, E., NURROCHMAT, D. R., MAY, P. H., BROCKHAUS, M. E SARI. Multi-level governance and power in climate change policy networks. *Global Environmental Change-Human and Policy Dimensions*, v.54, p.64 - 77, 2019.

9. A Economia Política de Florestas nas Negociações do MDL e REDD Pós-Quioto – 06/05

FEARNSIDE, P. Saving tropical forests as a global warming countermeasure: an issue that

divides the environmental movement. *Ecological Economics* 392: 167-184, 2001.

MAY, P., MILLIKAN, B., GEBARA, M.F. e MUCILLO, L. *O contexto de REDD+ no Brasil*, CIFOR, Bogor, Indonésia, 2a Edição. 2015.

BÖRNER, J. et al. Direct conservation payments in the Brazilian Amazon: scope and equity implications. *Ecological Economics*, abril, 2010.

CORBERA, E., et al. Rights to forests and carbon: insights from Mexico, Brazil and Costa Rica. *Forests*, 2011.

GIZ/PNUD/MMA/etc. Pagamentos por resultados de REDD+, 2021.

10. A Convenção de Biodiversidade: Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos *In Situ* – 13/05

CDB. A Convenção sobre Diversidade Biológica.

DIAS. B. 25 Anos de Implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica. Apresentação. 2021.

MAY, P. e VINHA, V. A biodiversidade e a governança verde no Brasil: soluções inovadoras na gestão dos recursos para a conservação e equidade. *Desenvolvimento em Debate* 3(2): 89-110, 2010.

MMA, 6º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil. 2023.

DASGUPTA, P. The Dasgupta Report on the Economics of Biodiversity, 2020.

11. Acesso e Compartilhamento Equitativo dos Benefícios da Bioeconomia – 20/05

*ALBAGLI, S. *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: IBAMA, 1998. Caps. 2 e 3

CDB, Protocolo de Nagoya e Metas de Aichi. 2010.

LIMA, A. e BENSUSAN, N. *Quem cala consente? Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais*. São Paulo: Documentos ISA 8, 2003.

*MARTINEZ-ALIER, J. *El ecologismo de los pobres: Conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Barcelona: Icaria, 2004. Cap. XI

ABRAMOVAY, R. et al., The new bioeconomy in the Amazon: Opportunities and challenges for a healthy standing forest and flowing rivers. In: *The Amazon We Want. Science Report on the Amazon*, 2021.

12, Green Economy, Degrowth e o Green Deal pós-COVID-19 – 27/05

*ABRAMOVAY, R. *Muito além da economia verde*. Planeta Sustentável, 2012.

EC. European Green Deal, 2020.

MASTINI, R., KALLIS, G., HICKEL, J. A Green New Deal without growth? *Ecological Economics* 179:106832.

UNEP. *Steps toward a Green Economy*. Nairobi, PNUMA, 2011. Summary for Policymakers.

13. Finalização e apresentações sobre os trabalhos finais dos alunos – 02/06